

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O COMBATE À POBREZA: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA MULHERES MIL

ALINE MEDEIROS;
BERENICE CORSETTI²;

¹UNISINOS 1 – alinencm@gmail.com¹

²UNISINOS – bcorsetti@unisinoss.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar o Programa Mulheres Mil procurando verificar a contribuição do mesmo no sentido da produção de um empoderamento feminino e de condições de autonomia e inserção no mercado de trabalho. Para compreender o processo que envolveu esta política, inicialmente buscou-se analisar o que preconizam os organismos internacionais em relação à educação para as mulheres, bem como identificar a concepção de educação presente no Programa Mulheres Mil.

O Programa Mulheres Mil nasce de uma parceria Brasil-Canadá com um forte propósito de inclusão social, possibilitando, através da via educacional, uma capacitação às mulheres em situação de vulnerabilidade social para a inserção no mercado de trabalho. No decorrer de 10 anos da existência deste programa, alguns períodos foram marcantes, fazendo-se mister uma retrospectiva. Em 2004, iniciaram as primeiras tratativas entre o Instituto Tecnológico do Rio Grande do Norte e o Projeto Mulheres Mil, o êxito da atividade permitiu estender a parceria com o Canadá até o ano de 2010. Em 2011 foi instituído, pela Portaria Nº 1.015, de 21 de julho de 2011, como Programa Nacional Mulheres Mil- Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável e implantado em diversos institutos federais no território nacional. A consolidação desta política pública de educação tecnológica buscava atingir a formação, até 2014, de 100 mil mulheres. No ano de 2014, mesmo com opiniões contrárias, o programa aderiu ao Pronatec e passou a usufruir dos recursos orçamentários.

Este trabalho filia-se a sustentação teórica da abordagem do Ciclo de Políticas, formulada pelo sociólogo britânico Stephen Ball e Richard Bowe. Os pesquisadores elaboraram um método para pensar como as políticas são formuladas em diferentes contextos. Segundo Ball, a abordagem do Ciclo de Políticas inclui cinco contextos: o contexto de influência, o contexto da produção de texto, o contexto da prática, o contexto dos resultados/efeitos e o contexto de estratégia política. Cada contexto apresenta uma arena que envolve disputas e embates.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa histórico-social que analisa, por meio dos documentos, a concepção de educação presente no programa. O material que compõe o Programa Mulheres Mil, inclui: Guia Metodológico, manual do programa, livros e legislações e, em comum, os documentos apresentam o caráter inovador da política que é o de resgatar e criar oportunidades a mulheres que advêm de territórios marcados pela pobreza, violência e vulnerabilidade. Os documentos, em vários trechos, investem à mulher a via de modificar a realidade de sua família e de sua comunidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma análise preliminar constatamos a partir da análise dos documentos alguns termos recorrentes. Um ponto bastante presente nas leituras que acompanham a base teórica do programa recai sobre o empoderamento. O termo aparece atrelado à emancipação econômica, autonomia e cidadania.

O impacto da atuação das mulheres na economia e no combate à pobreza tem recebido atenção das principais entidades internacionais nas últimas décadas, fazendo parte da agenda desses organismos. A ONU Mulheres, juntamente com o Escritório do Pacto Global das Nações Unidas, entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o Empoderamento das mulheres elaborou um documento, de abrangência mundial, que instituiu sete princípios para o Empoderamento das mulheres-Igualdade Significa Negócios. O pacto foi lançado em 2010, envolvendo setor empresarial, sociedade civil, organismos internacionais e governos. Esta iniciativa teve como objetivo apresentar os princípios e os sete passos a serem adotados pelas empresas para a promoção do empoderamento. De acordo com o documento, investir nas mulheres pode trazer grande retorno às nações e como forma de sustentar esta posição as organizações utilizam de fatos e números que dizem sobre a situação atual das mulheres. Em 2007, o banco Goldman Sachs indicou que diferentes países e regiões do mundo poderiam aumentar seu PIB de modo significativo ao simplesmente reduzir a discrepância nas taxas de emprego entre homens e mulheres: a Zona do Euro poderia aumentar o PIB em 13%; o Japão, em 16%; os Estados Unidos, em 9%. (ONU Mulheres, 2010, p.12).

A ONU Brasil e a Rede Brasileira do Pacto Global, baseada na cartilha oficial global dos princípios de empoderamento, também disponibilizou uma publicação com exemplos adequados ao contexto brasileiro e trouxe a seguinte definição sobre o conceito: EMPODERAMENTO: Dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado. Fala-se, então, do empoderamento das pessoas em situação de pobreza, das mulheres, dos negros, dos indígenas e de todos aqueles que vivem em relações de subordinação ou são desprivilegiados socialmente. (ONU mulheres, 2010, p.21). Implícito ao termo está à noção de pessoas obtendo poder sobre suas próprias vidas e definindo seu planejamento.

Ao comparar o documento que diz sobre os princípios do empoderamento para as mulheres, o Plano Brasil Sem Miséria e o Programa Mulheres Mil, percebe-se o quão importante vem a ser o papel da mulher na sociedade e, conseqüentemente, na economia. Parte-se da ideia de que é possível resgatar mulheres de um meio hostil (violento, pobre e inábil) e criar condições para transformá-las em cidadãs críticas, conscientes e atuantes. De acordo com Mantovani (2015), os documentos que regem o PMM apresentam um aspecto ideológico ao exibir a qualificação como redentora. Nesta ótica as pretensões ganham um ar “romantizado”, o programa como tábua de salvação, o que, na prática, pode não responder às expectativas, trazendo pouco ou nenhum impacto no ingresso das mulheres ao mercado de trabalho. Contudo, em outra perspectiva, dado os escassos recursos que mulheres pobres dispõem e, a possibilidade do fortalecimento de redes de proteção constituídas no convívio da

formação entre as alunas, essa experiência com o programa pode constituir-se como uma estratégia de enfrentamento da insegurança social a qual são acometidas.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se que os documentos analisados neste estudo apontam para o papel da mulher na economia como uma possível alternativa para a redução da pobreza, o que seria benéfico para o capital e reduziria os gastos com a assistência. Espera-se que esta pesquisa venha a somar-se com outros estudos que discutam políticas sobre a educação profissional com conexão aos estudos de gênero.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ball, S.J.; Mainardes, J. (Org.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. BRASIL.

Portaria Nº1.015 de 21 de julho de 2011. Publicada no DOU em 22 jul. 2011. P. 38. Seção1.

MANTOVANI, Talita Rafaele D Agostini. A política de formação profissional no Programa Mulheres Mil: uma análise da experiência desenvolvida no Instituto Federal do Paraná. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2015.

ONU MULHERES BRASIL. Princípios de empoderamento das mulheres. Acessado em 07 de setembro de 2017. Online. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf